



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE

Aos 30 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002359-28.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Leandro Krebs Gonçalves, pelo Diretor de Secretaria Gonçalo Lautert Moretto e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 27.05.1959

Data da última correição realizada: 17.06.2015

Data da Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 30.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Leandro Krebs Gonçalves	Juiz Titular	Desde 26.11.2013
Max Carrion Brueckner	Juiz Substituto	Desde 28.01.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.05.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 6ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 01 Juiz Substituto, ocupada pelo Juiz Substituto Max Carrion Brueckner.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Leandro Krebs Gonçalves	Desde 26.11.2013	Juiz Titular	2 anos, 6 meses e 5 dias
2	Max Carrion Brueckner	Desde 28.01.2013	Juiz Substituto Lotado	3 anos, 4 meses e 3 dias
		07.01 a 28.01.2015	Atuou como Juiz Substituto Lotado	22 dias
		29.01 a 06.02.2015	Atou em razão de férias do Juiz Titular	9 dias
		11.03 a 22.03.2015	Atuou como Juiz Substituto Lotado	12 dias
		23.03 a 12.04.2015	Atou em razão de férias do Juiz Titular	21 dias
		13.04 a 21.06.2015	Atuou como Juiz Substituto Lotado	2 meses e 9 dias
		22.06 a 30.06.2015	Atou em razão de férias do Juiz Titular	9 dias
		01.07 a 19.07.2015	Atuou como Juiz Substituto Lotado	19 dias
		07.08 a 27.09.2015	Atuou como Juiz Substituto Lotado	1 mês e 21 dias
		28.09 a 14.10.2015	Atou em razão de férias do Juiz Titular	17 dias
		15.10 a 18.10.2015	Atuou como Juiz Substituto Lotado	4 dias
		31.10 a 19.12.2015	Atuou como Juiz Substituto Lotado	1 mês e 19 dias
		07.01 a 24.01.2016	Atuou em razão do Juiz Titular estar desconvidado proferindo decisões em processos de outros Magistrados	18 dias
		25.01 a 06.02.2016	Atou em razão de férias do Juiz Titular	12 dias
		07.02 a 09.02.2016	Atuou como Juiz Substituto Lotado	3 dias
01.03 a 02.03.2016	Atuou em razão do Juiz Titular estar desconvidado proferindo decisões em processos de outros Magistrados	2 dias		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		03.03 e 04.03.2016	Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular, conforme PA nº 0001026-41.2016.5.04.0000	2 dias
		05.03 a 20.03.2016	Atuou em razão do do Juiz Titular estar desconvidado proferindo decisões em processos de outros Magistrado	16 dias
		21.03 a 19.04.2016	Atou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		20.04 a 15.05.2016	Atuou em razão do Juiz Titular estar desconvidado proferindo decisões em processos de outros Magistrados	26 dias
3	Bárbara Fagundes	26 e 27.02.2015	Atuou no afastamento do Juiz Titular, conforme PA nº 0000667-28.2015.5.04.0000	2 dias
4	Patrícia Bley Heim	02.03 a 08.03.2015	Atuou no afastamento do Juiz Titular, conforme PA	7 dias
		09.03 e 10.03.2015	Atuou no afastamento do Juiz Titular, para proferir sentenças de seu resíduo	2 dias
5	Fernando Reichenbach	1.03 a 13.03.2015	Atuou no afastamento do Juiz Titular, para proferir sentenças de seu resíduo	13 dias
6	Jaqueline Maria Menta	23.07.2015	Atuou em processo de impedimento do Juiz Titular	1 dia
		23.07.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	
7	Daniela Meister Pereira	07.01 a 06.02.2016	Atuou em virtude do Juiz Substituto lotado encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	30 dias
		10.02 a 29.02.2016	Atuou em virtude do Juiz Titular estar desconvidado proferindo decisões em processos de outros Magistrados	20 dias
		01.03 a 14.04.2016	Atuou em virtude do Juiz Substituto lotado encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	1 mês e 14 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		09.05 a 15.05.2016	Atuou em virtude do Juiz Substituto lotado encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	7 dias
		16.05 a 26.05.2016	Atuou em virtude do Juiz Titular estar desconvidado proferindo decisões em processos de outros Magistrados.	11 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.05.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Férias	29.01 a 06.02.2015	9 dias
	Afastamento conforme PA nº 0000667-28.2015.5.04.0000	26.02 a 27.02.2015	2 dias
	Afastamento conforme PA nº 0001057-95.2015.5.04.0000	02.03 a 09.03.2015	7 dias
	Desconvidado para proferir sentenças de seu resíduo	09.03 a 13.03.2015	5 dias
	Férias	23.03 a 12.04.2015	21 dias
	Férias	22.06 a 30.06.2015	9 dias
	Férias	28.09 a 14.10.2015	17 dias
	Desconvidado pela Corregedoria para proferir sentenças de outros Magistrados (Gabinete Extraordinário)	07.01 a 24.01.2016	18 dias
	Férias	25.01 a 06.02.2016	13 dias
	Desconvidado pela Corregedoria para proferir sentenças de outros Magistrados (Gabinete Extraordinário);	10.02 a 02.03.2016	22 dias
	Afastamento conforme PA 0001026-41.2016.5.04.0000	03.03 a 04.03.2016	2 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Desconvocado pela Corregedoria para proferir sentenças de outros Magistrados (Gabinete Extraordinário);	05.03 a 20.03.2016	16 dias
		Férias	21.03 a 19.04.2016	30 dias
Substituto Lotado	Max Carrion Brueckner	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Férias	20.07 a 06.08.2015	18 dias
		Férias	19.10 a 30.10.2015	12 dias
		Férias	10.02 a 19.02.2016	20 dias
		Férias	16.05 a 25.05.2016	10 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.05.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Gonçalo Lautert Moretto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	16.12.2013
2	Rafael Gomes Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	16.12.2013
-	Marcelo Zonatto	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	28.01.2013
3	Camila Centenaro Levandowski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	16.12.2013
4	Bibiana Vieira Cassol	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	24.01.2015
5	Marília Bueno Da Cunha	Auxiliar Jud. - Apoio Serviços Diversos	Secretário de Audiência (FC03)	02.05.2003
6	Claudete Zanfelicé	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.07.2014



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7	Luiz Fernando Farina Keller	Analista Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	16.12.2013
8	Alessandra Gross Moraes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.11.2015
9	Alexandra Zucolotto	Analista Judiciário – Área Administrativa	-	22.05.2015
10	Artur Kellermann Carvalho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	28.10.1998
11	Camilla Mello Bonilha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	19.05.2014
12	Patrícia Helena Celaro	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	18.03.2013
13	Rogério Sigal Da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.01.2002

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.05.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.613,67 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.



2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Gonçalo Lautert Moretto	Curso ou Evento (CURS)	5	6 dias
	Curso Parcial	1	
Rafael Gomes Machado	Curso ou Evento (CURS)	5	6 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Marcelo Zonatto	-	-	-
Camila Centenaro Levandowski	Casamento (CASA)	8	14 dias
	Curso ou Evento (CURS)	2	
	Curso Parcial	4	
Bibiana Vieira Cassol	Curso ou Evento (CURS)	3	11 dias
	Curso Parcial	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	
Marilia Bueno da Cunha	Falecimento Pessoa da Família (FALC)	8	8 dias
Claudete Zanfelice	-	-	-
Luiz Fernando Farina Keller	Doação de sangue (DSAN)	1	1 dia
Alessandra Gross Moraes Desde 30.11.2015*	-	-	-
Alexandra Zucolotto Desde 22.05.2015*	Curso ou Evento (CURS)	3	3 dias
Artur Kellermann Carvalho	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	4 dias
Camilla Mello Bonilha	Curso ou Evento (CURS)	1	1 dia
Patrícia Helena Celaro	-	-	-
Rogério Sigal Da Silva	Falecimento Pessoa da Família (FALC)	8	8 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.05.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
--------------	-----------------	---------------	--	-----------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1	Gilberto Jair Dittberner*	22.09.2014	28.04.2015	7 meses e 7 dias	Lotação na 3ª VT de Novo Hamburgo- Assistente de Juiz Titular FC05
2	Denise Patricia Wochnicki	29.07.2013	10.05.2015	1 ano, 9 meses e 12 dias	Lotação na Secretaria da 2ª Turma – Auxiliar Especializado FC01
3	Janete Bernardes	12.05.2015	24.05.2015	13 dias	Lotação na 3ª VT de Novo Hamburgo
4	Rosemy Teresinha Kist De Castro	25.05.2015	15.10.2015	4 meses e 21 dias	Lotação na 20ª VT de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.05.2016)

*O servidor já exercia a função de assistente de Juiz Titular FC05 na Unidade correccionada

2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Daniel Henrique Biton Tapia Junior	Direito	13.04.2016 a 12.10.2016
2	Laura Muller Cezar	Direito	28.01.2015 a 27.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.05.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Leandro Krebs Gonçalves	-	-	90	90
Substituto	Max Carrion Brueckner	-	-	111	111

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.05.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado



Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Gonçalo Lautert Moretto	-	-	29,5	29,5
Rafael Gomes Machado	-	-	98	98
Marcelo Zonatto	-	-	5	5
Camila Centenaro Levandowski	-	-	87	87
Bibiana Vieira Cassol	-	28	-	28
Marília Bueno da Cunha	20	-	105	125
Claudete Zanfelicé	-	-	-	-
Luiz Fernando Farina Keller	-	-	-	-
Alessandra Gross Moraes	20	4	81	105
Alexandra Zucolotto	-	20	12	32
Artur Kellermann Carvalho	-	-	40	40
Camilla Mello Bonilha	-	8	-	8
Patrícia Helena Celaro	-	-	120	120
Rogério Sigal da Silva	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.05.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.501 a 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Canoas - 05a Vara	1.413	1.512	1.598	1.507,67
Caxias do Sul - 01a Vara	1.623	1.864	2.108	1.865,00
Caxias do Sul - 02a Vara	1.604	1.870	2.023	1.832,33

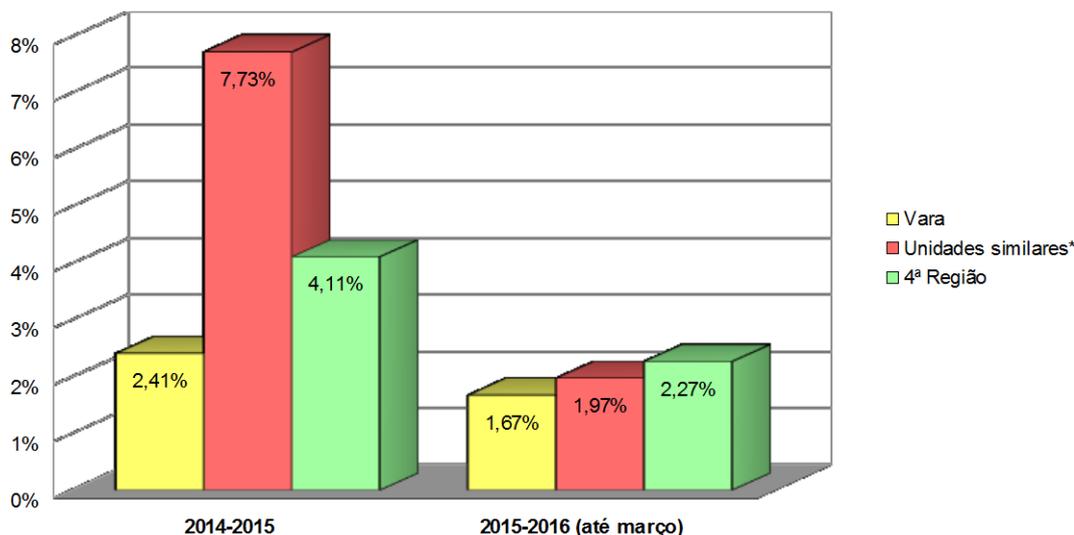


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Caxias do Sul - 03a Vara	1.627	1.883	2.077	1.862,33
Caxias do Sul - 04a Vara	1.582	1.861	2.059	1.834,00
Caxias do Sul - 05a Vara	1.611	1.846	2.063	1.840,00
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33
Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33
Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67
Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre - 11a Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 19a Vara	1.508	1.598	1.704	1.603,33
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre - 25a Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33
Porto Alegre - 26a Vara	1.522	1.592	1.784	1.632,67
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.602	1.744	8,86%	430	-75,34%
Sentença Anulada/Reformada	10	2	-80,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.340	1.493	11,42%	397	-73,41%
Processos pendentes de solução	1.354	1.567	15,73%	1.591	1,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

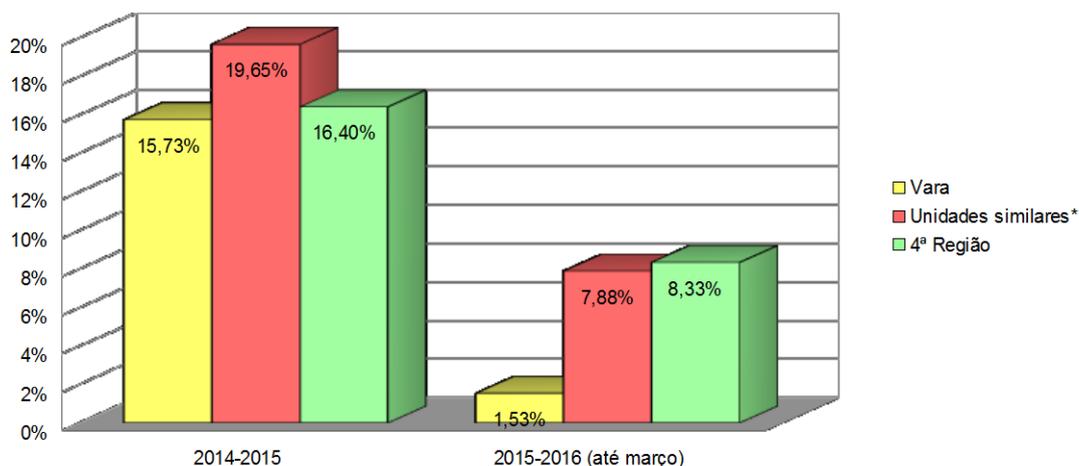
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 15,73% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.354 para 1.567 processos) – índice similar ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator para esse acréscimo no estoque foi um aumento de 8,86% no número de casos novos em comparação com os dados do ano de 2014.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve um aumento de 80,81% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, consoante se pode observar das especificações constantes do quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	361	391	8,31%	474	21,23%
Aguardando encerramento da instrução	770	887	15,19%	901	1,58%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	124	110	-11,29%	89	-19,09%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	99	179	80,81%	127	-29,05%
TOTAL	1.354	1.567	15,73%	1.591	1,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 06a Vara	83,65%	85,61%	2,35%	92,33%	7,85%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades similares*	84,08%	87,00%	3,47%	77,01%	-11,49%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 85,61% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 2,35% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao das unidades de porte semelhante em cerca de 1,39 pontos percentuais bem como à média geral do TRT da 4ª Região em 3,51 pontos percentuais.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 06a Vara	48,78%	48,19%	-1,21%	19,88%	-58,75%
Unidades similares*	53,68%	53,42%	-0,49%	19,57%	-63,36%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 48,19% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 1,21% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi 5,22 pontos percentuais inferior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual e 7,01 pontos percentuais inferior à média de todas as Unidades integrantes da 4ª Região.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	472	35,22	500	33,49	102	25,69
	Julgado procedente	46	3,43	49	3,28	13	3,27
	Julgado procedente em parte	506	37,76	525	35,16	191	48,11
	Julgado improcedente	96	7,16	126	8,44	33	8,31
	Extinto	3	0,22	16	1,07	2	0,5
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.123	83,81	1.216	81,45	341	85,89
Sem	Extinto	54	4,03	65	4,35	18	4,53
	Arquivamento (art. 844 CLT)	113	8,43	177	11,86	30	7,56



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

exame de mérito	Desistência	35	2,61	25	1,67	5	1,26
	Outras decisões	15	1,12	10	0,67	3	0,76
	SUBTOTAL	217	16,19	277	18,55	56	14,11
TOTAL		1.340	100	1.493	100	397	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 153 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior, o que representa uma elevação de 11,42%. Esse desempenho se mostra superior à média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13% no número de processos solucionados, mas inferior à média apresentada por unidades similares, que observou um aumento de 13,51% no montante de processos solucionados no período, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	11,42%	-73,41%	Vara	9,98%	-66,62%
Unidades similares*	13,51%	-80,34%	Unidades similares*	6,86%	-74,24%
4ª Região	8,13%	-77,83%	4ª Região	7,56%	-75,14%

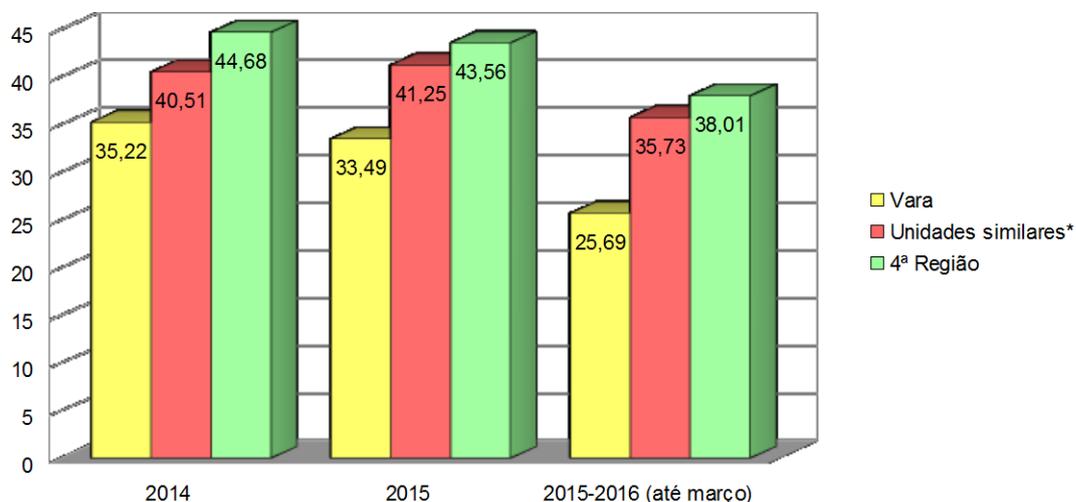
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 651 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 716 decisões, representando uma elevação de 9,98%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Em contrapartida, os números evidenciam uma pequena queda no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 472, representando 35,22% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 500, correspondendo, no entanto, a 33,49% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, em que o percentual de conciliações atingiu 43,56% dos processos solucionados. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 25,69%, resultado abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Iniciadas	305	532	74,43%	134	-74,81%
Encerradas	295	344	16,61%	60	-82,56%
Pendentes	189	243	28,57%	239	-1,65%
Em arquivo provisório	24	6	-75,00%	7	16,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 189, em 2014, para 243, em 2015, importando em uma elevação de 28,57%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

Um dos principais motivos para essa elevação foi um aumento significativo (74,43%) no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre os dois períodos, o qual não foi acompanhado por um crescimento, nos mesmos moldes, do número de liquidações encerradas (aumento de apenas 16,61%).

Já no primeiro trimestre de 2016, os números refletem uma pequena redução no estoque de processos pendentes na fase de liquidação - de 243 para 239 processos -, o que representa uma queda de 1,65% no total de



processos em liquidação.

Observa-se, ainda, que os números da tabela apresentam inconsistências, uma vez que o número das liquidações pendentes não corresponde ao quantitativo de processos pendentes do período anterior acrescido das liquidações iniciadas e subtraído das liquidações encerradas. Tal distorção decorre, provavelmente, de erros na movimentação dos processos no sistema informatizado.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 06a Vara	96,72%	64,66%	-33,15%	44,78%	-30,75%
Unidades similares*	89,91%	88,77%	-1,27%	80,52%	-9,29%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 64,66% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 33,15% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi 24,11 pontos percentuais inferior à média apresentada pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 23,77 pontos percentuais inferior à média geral do TRT4, refletindo uma piora no desempenho da unidade em relação ao ano anterior.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 06a Vara	57,84%	47,71%	-17,52%	15,92%	-66,64%
Unidades similares*	54,99%	53,55%	-2,62%	21,77%	-59,34%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 47,71% do número total de liquidações a encerrar – resultado 17,52% abaixo daquele verificado em 2014. Esse desempenho foi 5,84 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 6,61 pontos percentuais inferior à média geral do TRT4.



3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	360	556	54,44%	153	-72,48%
	Desarquivadas para prosseguimento	746	213	-71,45%	12	-94,37%
Saídas	Encerradas	632	658	4,11%	78	-88,15%
	Arquivadas Provisoriamente	145	120	-17,24%	39	-67,50%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	55	33	-40,00%	33	0,00%
	Demais	785	726	-7,52%	708	-2,48%
	Total	840	759	-9,64%	741	-2,37%
Saldo no arquivo Provisório		1.354	1.256	-7,24%	1.280	1,91%

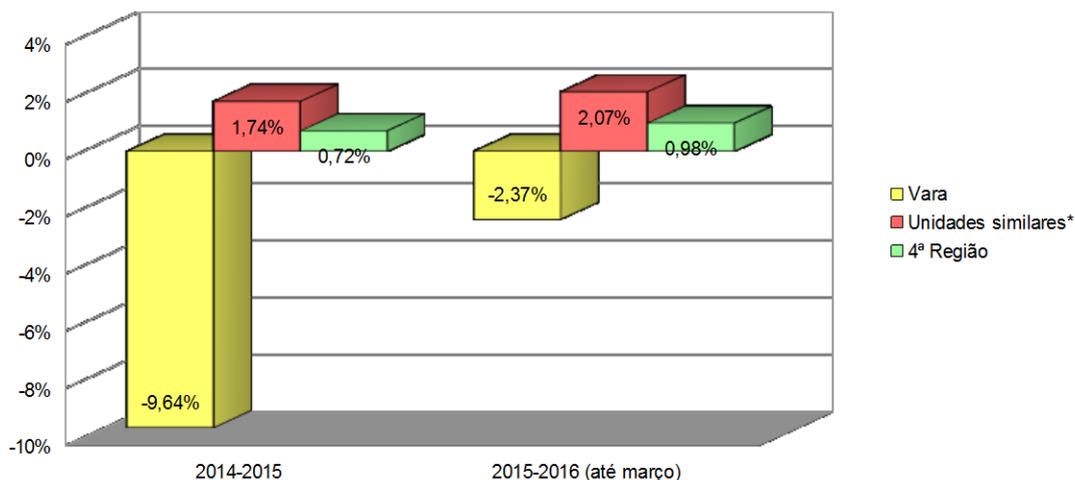
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre sofreu recuo de 840 para 759 processos, o que corresponde a uma queda de 9,64% em relação ao ano anterior. Esse resultado foi em direção oposta àquele apresentado pelas Unidades que compõem o TRT da 4ª Região, o qual registrou uma elevação média de 0,72% em seu acervo processual. Um dos principais fatores a contribuir para a redução no número de processos pendentes foi uma diminuição significativa na quantidade de processos desarquivados para prosseguimento, no percentual de 71,45%, associada a um aumento de 4,11% no número de execuções encerradas.

No primeiro trimestre de 2016, outrossim, os números apontam uma nova queda de 2,37% no estoque de processos na fase de execução.



Variação dos processos pendentes na fase de execução



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 06a Vara	175,56%	118,35%	-32,59%	50,98%	-56,92%
Unidades similares*	92,88%	78,62%	-15,36%	63,13%	-19,70%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 118,35% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 32,59% em relação ao índice do ano anterior. Contudo, esse resultado ainda se mostra bastante positivo quando comparado ao das unidades semelhantes e ao do TRT: constata-se, que o índice da Unidade foi 39,73 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 38,31 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 06a Vara	16,84%	23,93%	42,09%	3,60%	-84,96%
Unidades similares*	15,50%	15,81%	1,99%	3,74%	-76,34%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 29,93% do número total de execuções a encerrar – resultado 42,09% maior que o verificado no ano anterior. Esse resultado foi 8,12 pontos percentuais superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 8,54 pontos percentuais superior à média geral do TRT da 4ª Região, constatando-se uma elevação no desempenho da Unidade neste particular.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
(B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT	296	157	-46,96%	14	-91,08%
(C) Processos com Exclusão de Devedor no BNDT	205	149	-27,32%	23	-84,56%
(D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT	2.018	1.980	-1,88%	1.965	-0,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.04.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **41 processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores inscritos no BNDT, abaixo relacionados:

1

Processo nº 0000231-22-2013.5.04.0006

Em 27/07/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No



entanto, a executada Paquetá Calçados S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

2 **Processo nº 0000313-24.2011.5.04.0006**

Em 01/03/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No entanto, a executada Marilene Souza Fraga (Padaria e Confeitaria Bariele) permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

3 **Processo nº 0000665-11.2013.5.04.0006**

Em 09/03/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Daniela Medice Antunes permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

4 **Processo nº 0001240-19.2013.5.04.0006**

Em 04/02/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No entanto, as executadas Super Sevens Ltda., Ivanor Dartora, Rafael Antônio Lumi Dartora e Armazém La Boqueria Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, todas atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

5 **Processo nº 0022000-67.2005.5.04.0006**

Em 04/02/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No entanto, as executadas Caixa Econômica Federal – CEF e Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

6 **Processo nº 0039100-84.1995.5.04.0006**

Em 31/08/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No entanto, os executados Rober Serviços de Portaria Ltda., Paranagua Leal Rodrigues e Luis César Bertotto permanecem inscritos junto ao BNDT, todos atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

7 **Processo nº 0041200-02.2001.5.04.0006**

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

8 **Processo nº 0044600-87.2002.5.04.0006**

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

9 **Processo nº 0046800-57.2008.5.04.0006**

Em 30/09/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Condomínio Jardim do Sol Strip Center, Agro Pecuária Guerino Ltda., Beta Incorporações Ltda., BP Barbieri Participações Ltda., Duo - Programa Visual Ltda., Ediba S.A. Edificações e Incorporações Barbieri, Guerino S.A. Construções e Incorporações, Guerino S.A. Construções e Incorporações, Residencial Bleu Blanc Rouge Ltda., SDU Sociedade de



Desenvolvimento Urbano Ltda. e Urbanizadora Mentz S.A. permanecem inscritas junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”. Permanece inscrita, ainda, a executada JSSC Administração e Participações Ltda., esta atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

10

Processo nº 0049800-70.2005.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

11

Processo nº 0051700-54.2006.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Ação Expressa - Serviços Empresariais Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

12

Processo nº 0054900-55.1995.5.04.0006

Em 31/08/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No entanto, a executada Rober Serviços de Portaria permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

13

Processo nº 0056800-58.2004.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

14

Processo nº 0057700-41.2004.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

15

Processo nº 0063400-56.2008.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

16

Processo nº 0063700-57.2004.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

17

Processo nº 0071200-77.2004.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

18

Processo nº 0077200-93.2004.5.04.0006



Em 08/10/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No entanto, as executadas Birra e Pasta Lancheria Restaurante Ltda., Adriane Vizzoto Girardi, Carolina de Oliveira Rizzo, Ana Maria de Oliveira Rizzo e Eleonora Maria Guimarães Oliveira Rizzo permanecem inscritas junto ao BNDT, todas atualmente com a informação “com garantia do juízo”.

19

Processo nº 0080200-43.2000.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

20

Processo nº 0080800-59.2003.5.04.0006

Em 30/04/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução/cumprimento de sentença”. No entanto, as executadas Moraes & Behar Ltda., Lúcio Paulo Moraes da Silva, Marco Antônio Behar, Moraes & Petersen Ltda., MARCO ANTONIO PETERSEN BEHAR. LUCIO PAULO MORAES DA SILVA e L E MB ASSESSORIA GASTRONÔMICA LTDA. permanecem inscritas junto ao BNDT, todas atualmente com a inscrição “com garantia total do juízo”.

21

Processo nº 0091100-07.2008.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

22

Processo nº 0091900-69.2007.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

23

Processo nº 0092100-42.2008.5.04.0006

Em 08/04/2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Whirlpool S.A. e Bud Comércio de Eletrodomesticos Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

24

Processo nº 0093700-69.2006.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

25

Processo nº 0094000-94.2007.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

26

Processo nº 0104800-26.2003.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.



27

Processo nº 0110900-55.2007.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

28

Processo nº 0111600-70.2003.5.04.0006

Em 30/09/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, os executados Álvaro Fernando Silva Nunes, Maria Aparecida Maciel Nunes e Luciano Silveira Gualdi permanecem inscritos junto ao BNDT, todos atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

29

Processo nº 0115100-71.2008.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Secure Sistemas de Segurança S/S Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

30

Processo nº 0115400-04.2006.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

31

Processo nº 0115900-46.2001.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

32

Processo nº 0121400-20.2006.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

33

Processo nº 0121500-48.2001.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

34

Processo nº 0130100-48.2007.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.

35

Processo nº 0132600-87.2007.5.04.0006

Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.



36	Processo nº 0134100-23.2009.5.04.0006
Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
37	Processo nº 0135700-21.2005.5.04.0006
Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.	
38	Processo nº 0137000-47.2007.5.04.0006
Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
39	Processo nº 0138700-29.2005.5.04.0006
Em 07/01/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
40	Processo nº 0140100-39.2009.5.04.0006
Em 22/07/2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Livraria do Globo S.A. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a inscrição “com garantia total do juízo”.	
41	Processo nº 0224500-94.1983.5.04.0006
Em 20/03/2014 foi lançado o andamento extinta a execução. No entanto, as executadas Vadislau Charczuk e Vida Nova Empreendimentos Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.	

Sinala-se, ainda, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até março)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	302	309	51	320	317	68	81	89	51
Antecipações de tutela	138	103	63	152	178	37	50	39	18



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Impugnações à sentença de liquidação	49	32	30	93	77	60	32	30	60
Embargos à execução	114	107	113	208	198	127	67	58	133
Embargos à arrematação	5	5	2	1	1	2	3	0	5
Embargos à adjudicação	4	4	0	1	1	0	1	0	1
Exceções de pré-executividade	9	6	6	15	13	10	0	2	8
Total	621	566	265	790	785	304	234	218	276

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 790 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 27,21% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados apresentou incremento de 38,69% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 566 para 785. O número total de incidentes processuais pendentes de decisão passou de 265 para 304 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.03.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 276 processos, saldo 9,21% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução eram a espécie que correspondia a maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda, em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0000987-36.2010.5.04.0006
Em 30/09/2015 foram opostos Embargos Declaratórios pela reclamada. O pedido foi apreciado mediante simples “decisão/despacho”, em 10/10/2015. No entanto, uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junta ao sistema e-Gestão.	
2	Processo nº 0105300-05.1997.5.04.0006
Em 08/04/2015 foram opostos Embargos à Execução/Penhora, que foi analisado por meio de mera “decisão/despacho”. Assim, não tendo sido dada a devida solução, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0001073-36.2012.5.04.0006
Em 02/10/2015 foram opostos Embargos à Execução/Penhora, que foi analisado por meio de	



mera “decisão/despacho”, em 08/10/2015. Assim, não tendo sido dada a devida solução, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.

4 Processo nº 0043500-34.2001.5.04.0006

Em 07/05/2015 foi oposta Exceção de Pré-Executividade, decidida mediante mera “decisão/despacho”, em 9/7/2015. Assim, não tendo sido dada a devida solução, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.05.2016)

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	114,39	248,85	117,54%	146,07	-41,30%
	Ordinário	363,72	405,46	11,48%	416,00	2,60%
	Total	338,12	388,30	14,84%	395,95	1,97%

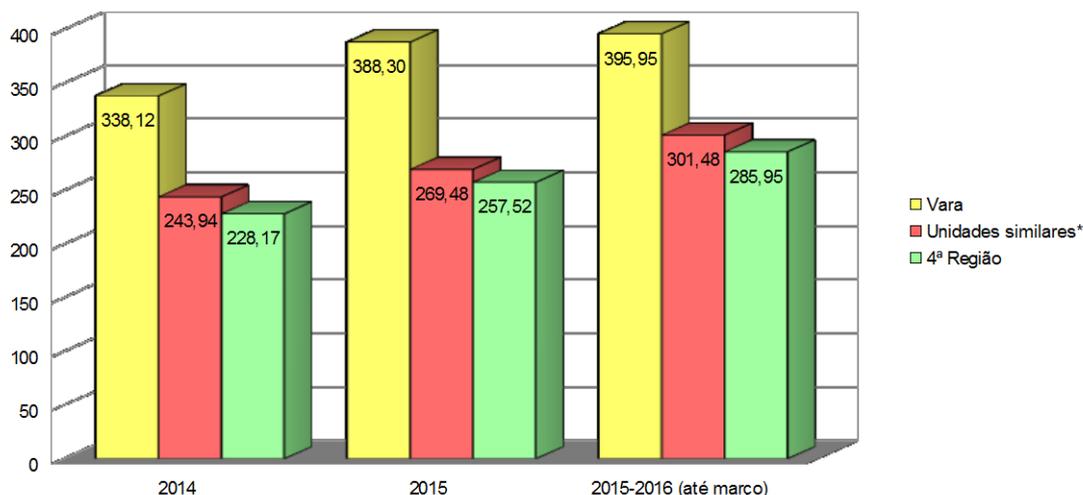
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 14,84%, passando de 338,12 para 388,30 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 117,45% em relação à média do ano anterior, passando de 114,39 para 248,85 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 405,46 dias, prazo este 11,48% superior na comparação com aquele apresentado no ano de 2014.

Da mesma forma, identifica-se que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 44,09% superior (118,82 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 50,79% maior (130,79 dias) à média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, mantendo-se estável a diferença verificada em relação ao ano de 2014. Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 395,95 dias, resultado este 31,34% maior (94,47 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 38,47% superior (110 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	144,94	218,17	50,52%	..	Não aplicável
	Ordinário	189,55	215,98	13,94%	167,73	-22,34%
	Total	186,82	216,02	15,63%	167,73	-22,35%

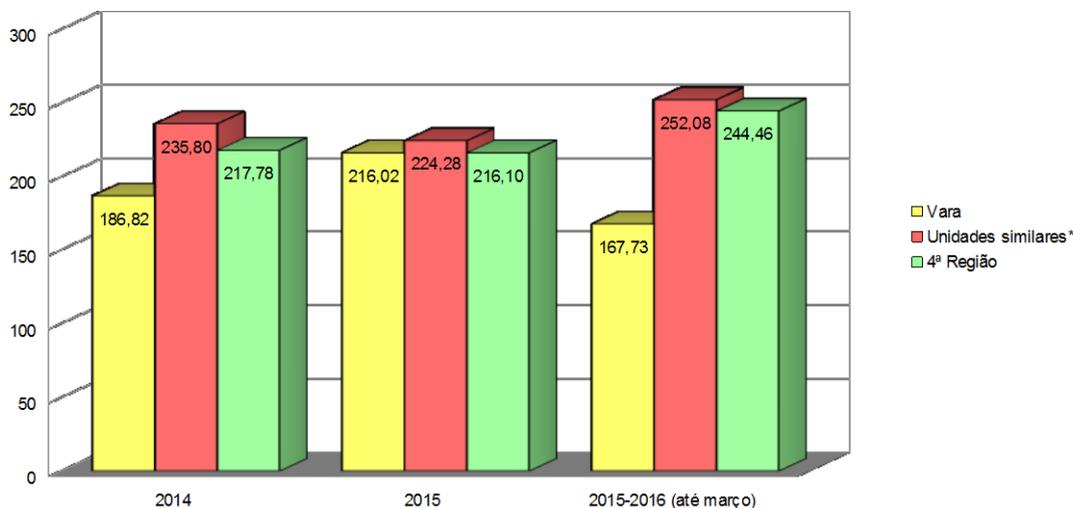
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 218,17 dias, apresentando uma elevação de 50,52% em relação à média de prazo do ano anterior. Da mesma forma, no rito ordinário o prazo médio alcançou 215,98 dias, prazo este 13,94% superior ao verificado em 2014. Os dados do ano de 2016, colhidos até o final do mês de março, apontam redução de 22,35% no prazo médio, totalizando 167,73 dias.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 8,25 dias menor que o das Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e idêntico aos prazos observados nas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 33,46% inferior (84,35 dias) ao prazo médio nas demais Unidades Similares e 31,39% menor (76,72 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	434,22	395,78	-8,85%	337,86	-14,64%
	Ente público	2.613,30	1.223,65	-53,18%	770,83	-37,01%
	Total	774,54	448,80	-42,06%	369,16	-17,75%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 434,22 dias, em 2014, para 395,78 dias, em 2015. Por sua vez, no primeiro trimestre de 2016, os dados parciais indicam uma tendência de nova queda no prazo médio para 337,86 dias, prazo este 14,64% menor que o do período anterior.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 2.613,30 dias, em 2014, para 1.223,65 dias, em 2015, representando uma queda de 53,18% na comparação com o ano anterior.

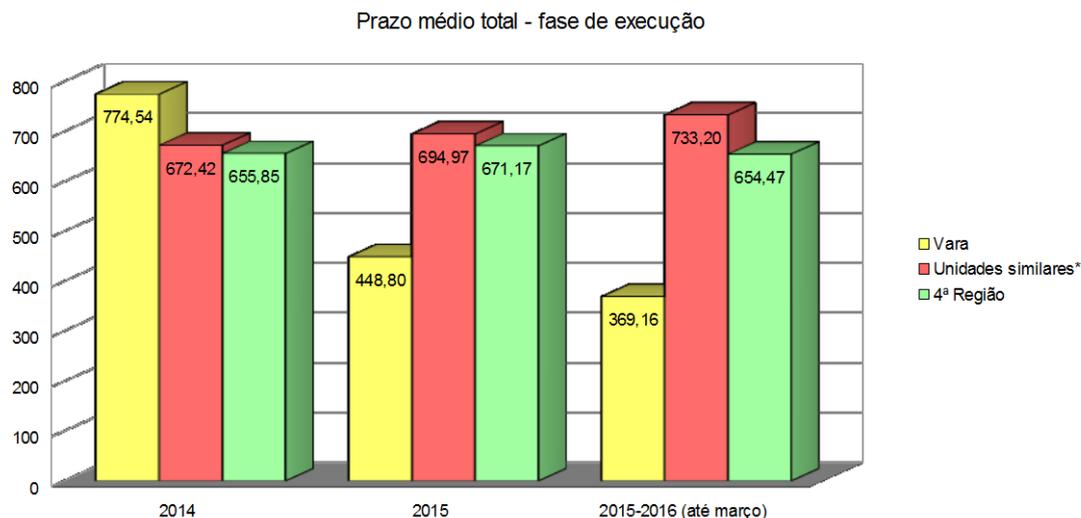
No primeiro trimestre de 2016, os números indicam um prazo médio total de 369,16 dias, sinalizando uma redução de 17,75% em relação ao prazo médio do ano de 2015, que foi de 448,80 dias.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 35,42% inferior (246,17 dias) ao prazo



das unidades semelhantes e 33,13% inferior (222,36 dias) à média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que até março de 2016, o prazo médio da Unidade apresentou nova queda para 369,16 dias, ficando 49,65% menor (364,05 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 43,59% menor (285,32 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.744	1.493	85,61%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
755	749	99,21%	Meta já cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
-----------------	--	--	--



Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
548	660	120,44%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
8	8	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	44	46	43	Meta não cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	21	33	20	Meta não cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	32	12	31	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	8	3	7	Meta cumprida
5º	União	26	14	25	Meta cumprida
6º	OI S.A.	37	42	36	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	17	4	16	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	8	13	7	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	11	8	10	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	41	30	40	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:



a) “Para o 1º grau dos TRT’s que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	338,12	388,3	334,73	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	506	472	489	500	494	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até março)
430	397	92,33%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.03.2016	%	Resultado parcial (até março)
1.327	1.096	82,59%	Meta ainda não cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ



	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até março.)	Meta para 2016	Resultado parcial (até março)
Total de acordos	506	472	489	102	499	Meta não cumprida
Média mensal de acordos	42,17	39,33	40,75	34,00	41,58	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até março)
153	94	61,44%	Meta não cumprida

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até março)
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.03.2016)	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	46	47	45	Meta não cumprida
2º	União	14	12	13	Meta cumprida
3º	Estado do Rio Grande do Sul	33	33	32	Meta não cumprida
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	13	14	12	Meta não cumprida
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	3	4	2	Meta não cumprida



6º	OI S.A.	42	40	41	Meta cumprida
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	30	32	29	Meta não cumprida
8º	Claro S.A.	29	30	28	Meta não cumprida
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	30	32	29	Meta não cumprida
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	14	14	13	Meta não cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, pela manhã e à tarde. O Juiz Titular (J1) faz as pautas de terças e quintas e o Juiz Substituto (J2) faz as pautas de segundas e quartas. O Juiz Substituto faz, ainda, pauta em uma sexta-feira por mês, com 20 iniciais e 2 sumaríssimos. Nas férias do juiz titular, há pautas ou nas terças ou nas quintas-feiras, além da pauta regular do juiz substituto. Importante ressaltar que as pautas, nas férias do juiz titular, são antecipadas e não adiadas. Em maio foram duas terças-feiras: 4 prosseguimentos pela manhã e 3 à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã		4-6 (I) 1-2 (U) 4(P)	-	4-6 (I) 1-2 (U) 4(P)	-
Tarde		2-4 (I) 1 (U) 4(P)	-	22-24 (I)	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 30.05.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	9-10 (I) 2 (U)	-	9-10 (I) 2 (U)		-



	3(P)		3(P)		
Tarde	3(P)	-	3(P)		-

(Fonte: Informação da secretária de Audiências)

Segundo informações prestadas pela Secretária de Audiências, Marília Bueno da Cunha, de 16.05.16 a 25.05.2016 não houve pauta, em razão das férias do Dr. Max Carrion Brueckner. De 18.07.16 a 04.08.16 não haverá pauta, em razão das férias do Dr. Max Carrion Brueckner. Ademais, o Juiz Max Carrion Brueckner (J2) realizará, em junho, pauta em duas sextas-feiras.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	02.08.2016	22.08.2016	19.07.2016	24.08.2016
Una Sumaríssimo	09.08.2016	17.08.2016	26.07.2016	17.08.2016
Instrução	20.06.2017	05.06.2017	16.02.2017	05.12.2016

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria e da Secretária de audiências em 30.05.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
		Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	75,8	85,11	12,28%
Ordinário	79,78		82,43	3,32%	104,87	27,22%
Total	79,36		82,65	4,14%	103,58	25,33%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo sofreu elevação de 75,8 dias, em 2014, para 85,11 dias, em 2015 (aumento de 12,28%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 79,78 dias, em 2014, para 82,43 dias, em 2015 (elevação de 3,32%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam um prazo menor que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
--	--	--	--	--	--	--



		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até março)	Varição 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	31,05	26,48	-14,72%	29,15	10,06%
	Ordinário	227,06	207,45	-8,64%	227,02	9,43%
	Total	203,22	190,75	-6,14%	212,52	11,42%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo reduzido de 31,05 dias, em 2014, para 26,48 dias, em 2015 (recoo de 14,72%). Por sua vez, o rito ordinário registrou redução da média de 227,06 dias, em 2014, para 207,45 dias, em 2015 (queda de 8,64%). Assim, o prazo total experimentou redução de 6,14%, totalizando 190,75 dias ao final do ano de 2015.

No ano de 2016, os dados colhidos no primeiro trimestre apontam aumento do prazo médio das audiências de instrução, tanto no rito sumaríssimo, que ficou em 29,15 dias, quanto no rito ordinário, que totalizou 227,02 dias, retornando ao patamar observado no ano de 2014.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Bárbara Fagundes	31	4	0	0	35
Jaqueline Maria Menta	19	1	2	0	22
Leandro Krebs Gonçalves	592	419	69	18	1.098
Max Carrion Brueckner	711	381	71	13	1.176
Patrícia Bley Heim	1	1	0	0	2
Juiz não informado pela Vara	0	4	0	0	4
TOTAL	1.354	810	142	31	2.337

Juiz (a)	2016 (até 31.03)				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
DANIELA MEISTER PEREIRA	189	101	9	0	299
MAX CARRION BRUECKNER	93	69	15	1	178
TOTAL	282	170	24	1	477

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS



Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Ana Paula Kotlinsky Severino	-	2	0	2	-	2
Bárbara Fagundes	4	3	0	7	2	9
Carolina Toaldo Duarte Da Silva Firpo	-	1	0	1	-	1
Diogo Souza	-	2	0	2	-	2
Eliseu Cardozo Barcellos	-	1	0	1	-	1
Fernando Reichenbach	2	3	0	5	4	9
Jaqueline Maria Menta	3	0	0	3	2	5
Leandro Krebs Gonçalves	264	330	11	605	119	724
Luciana Kruse	-	1	0	1	-	1
Luísa Rumi Steinbruch	-	1	0	1	-	1
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	16	16
Mateus Crocoli Lionzo	-	2	0	2	-	2
Max Carrion Brueckner	221	338	5	564	128	692
Oswaldo Antonio Da Silva Stocher	-	1	0	1	-	1
Patrícia Bley Heim	6	15	0	21	6	27
Total	500	700	16	1.216	277	1.493

Juiz (a)	2016 (até 31.03)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Daniela Meister Pereira	69	19	1	89	26	115
Jefferson Luiz Gaya De Goes	-	1	0	1	-	1
Leandro Krebs Gonçalves	-	123	0	123	3	126
Luísa Rumi Steinbruch	-	1	0	1	-	1
Max Carrion Brueckner	33	92	1	126	27	153
Sheila Spode	-	1	0	1	-	1
Total	102	237	2	341	56	397

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiz Substituto Max Carrion Brueckner	Processos de cognição	130
Juiz Substituto Max Carrion Brueckner	Embargos de Terceiro	01
Juiza Substituta Daniela Meister Pereira	Processos de cognição	34
Juiza Substituta Daniela Meister Pereira	Impugnação à Sentença de Liquidação	03
Juiza Substituta Daniela Meister Pereira	Embargos à execução	06
Total: 174 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 30.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição. 10.04.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Os despachos urgentes são cumpridos no dia. Os demais, em 48 horas da determinação.

Os ofícios são feitos em até 5 dias úteis.

As notificações da Procuradoria Regional Federal são feitas semanalmente.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados em processos físicos são feitos semanalmente. No PJE, todos os dias. Os de execução normalmente demoram mais, em torno de 15 dias.

Precatórios e RPV são expedidos à medida que surgem. Os muito trabalhosos, que envolvem muitos reclamantes, são feitos ao longo do ano.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

São expedidos, em geral, em 48 horas. Nos processos eletrônicos pode demorar um pouco mais em função da digitalização da guia enviada pelo banco, que nem sempre é feita no dia do recebimento. Nos processos físicos é mais rápido – tão logo juntada a guia e expedido o alvará, vai para a mesa do juiz para assinatura – independe do sistema eletrônico estar ou não disponível.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO



A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 100 ao dia, computadas as de processo físico (40) e de PJe (60).

No geral, o protocolo é feito em 24 ou 48 horas.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição estava sendo certificado o prazo de 23.05.2016 nos processos físicos. No PJe, estava sendo certificado o de 30.05.2016.

O controle do prazo nos processos eletrônicos é feito na própria pasta de prazo.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa é diária.

7.7 CONVÊNIOS

São utilizados todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito diariamente.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem poucas execuções reunidas (em torno de três). O processo principal costuma ser o mais antigo.

Nos processos reunidos é dado andamento de *Extinta a Execução* e o processo fica sobrestado.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

Nos processos físicos: a inscrição no BNDT é feita quando do retorno da ordem de bloqueio no BacenJud. A retirada do BNDT é feita no momento em que determinada extinta a execução, quando da liberação dos alvarás.

Nos processos eletrônicos: está sendo difícil incluir no BNDT. Os processos arquivados provisoriamente não foram incluídos por desconhecimento da secretaria sobre a sistemática do PJe em relação ao BNDT. A exclusão do BNDT ocorre no arquivamento prévio.

7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Após a expedição das certidões de habilitação de créditos, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida.

7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (25.05.2016)

	Processo	Prazo
	0000792-80.2012.5.04.0006	31.03.2016
	0000743-39.2012.5.04.0006	18.04.2016
	0000493-06.2012.5.04.0006	22.04.2016



	0049800-31.2009.5.04.0006	04.05.2016
	0000092-70.2013.5.04.0006	11.05.2016
	0007100-11.2007.5.04.0006	12.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.05.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução de parte dos referidos processos.

7.12.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (25.05.2016)

	Processo	Prazo
	0000851-39.2010.5.04.0006	25.04.2016
	0044900-10.2006.5.04.0006	25.04.2016
	0001401-63.2012.5.04.0006	25.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.05.2016)

Segundo o diretor e Secretaria, a cobrança da carga aos peritos é feita por e-mail.

7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (25.05.2016)

	Carga OJ	Processo	Prazo
	006-00136/16	0000797-73.2010.5.04.0006	25.04.2016
	006-00146/16	0000291-97.2010.5.04.0006	25.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.05.2016)

Segundo o diretor e Secretaria, a cobrança da devolução dos mandados em carga com os Oficiais de Justiça é feita esporadicamente via sistema inFor. Não coloca nos autos a cobrança.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 25.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **80**



processos. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000324-87.2010.5.04.0006
	<p>Aspectos Gerais dos Autos: Ordem de juntada não observada: instrumentos de mandato, cartas de preposto e contratos sociais das reclamadas juntados fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPCR.</p> <p>Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 813v não menciona os documentos (fls. 815- 857) que acompanham a petição da 1ª reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).</p> <p>Movimentação Processual:</p> <p>Audiência de prosseguimento adiada sucessivamente:</p> <p>Processo distribuído em 24.03.2010.</p> <p>Audiência inicial realizada em 26.04.2010 (ata – fl. 269), com prosseguimento designado para 18.10.2010. As partes foram notificadas para comparecer para depoimento pessoal e apresentar testemunhas independente de notificação. – Juiz do Trabalho Diogo Souza</p> <p>Posteriormente, houve transferência da audiência para o dia 09.09.2010, conforme certidão da fl. 859.</p> <p>Audiência realizada em 09.09.2010 (ata - fl. 939) foi adiada para 24.05.2011 em razão de solicitação de prazo pela reclamada para manifestação acerca de documentos juntados pela reclamante. - Juiz do Trabalho Diogo Souza.</p> <p>Audiência realizada em 24.05.2011 (ata- fl. 1174) adiada para 03.04.2012 em decorrência da suspeição por motivo de foro íntimo (art. 135, parágrafo único, do CPC de 1973). - Juiz do Trabalho Diogo Souza</p> <p>Audiência realizada em 03.04.2012 (ata - fl. 1198) adiada para 08.11.2012 em razão da determinação de realização de perícia contábil, revendo despacho anterior em sentido contrário. – Juíza do Trabalho Brígida Joaquina Charão Barcelos</p> <p>Em seguida, audiência adiada para o dia 18.03.2013 em virtude da semana nacional de conciliação, conforme certidão exarada em 27.08.2012 (fl. 1254).</p> <p>Audiência realizada em 18.03.2013 (ata – fl. 1279) adiada para 22.10.2013 em virtude do deferimento de expedição de ofícios e abertura de prazo para reclamante ter ciência sobre petição apresenta pela reclamada em 14.03.2013. As testemunhas da reclamada estavam presentes e ficaram cientes da data para o prosseguimento. - Juiz do Trabalho Max Carrion Brueckner.</p> <p>Posteriormente, a audiência designada para 22.10.2013 foi, novamente, adiada para 05.11.2014 (fl. 1389v), atendendo a pedido conjunto formulado pelas partes, segundo observado no despacho proferido em 21.10.2013 (fl. 1375).</p> <p>Audiência realizada em 05.11.2014 (fl. 1492) adiada para 19.08.2015 em decorrência de prazo de dez dias deferido à reclamada para manifestação acerca de documentos juntados pela reclamante em 28.10.2014. As testemunhas estavam presentes e ficaram cientes da nova data. - Juiz do Trabalho Max Carrion Brueckner</p> <p>Em seguida, ocorreu novo adiamento para o dia 11.12.2015 (fl. 1541) por impossibilidade de comparecimento do Procurador da Reclamada, conforme despacho da fl. 1538 – Juiz do Trabalho Max Carrion Brueckner.</p> <p>Audiência realizada em 11.12.2015 (ata – fl. 1547) adiada para 18.03.2016 em razão da ausência da testemunha Cristiano Cardoso Machado que havia sido notificado para o comparecimento. – Juiz do Trabalho Max Carrion Brueckner.</p> <p>Instrução encerrada na audiência realizada em 18.03.2016 (fls. 1549 - 1552).</p> <p>28.04.2016: despacho proferido (fl. 1573) determinando a reabertura do prazo para manifestações e razões finais.</p> <p>Últimas movimentações processuais: o processo foi remetido à Corregedoria em 02.05.2016 e retornou em 16.05.2016. Saiu em carga com o advogado do reclamante e se encontra concluso</p>



para sentença desde 13.06.2016.

2

Processo nº 0000992-87.2012.5.04.0006

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão na capa dos autos relativa à retificação das partes: ausência de certidão relativa à denominação social da 2ª reclamada, conforme determinado em audiência (Ata – fl. 22). (Art. 75 da CPCR)

Ordem de juntada não observada: instrumentos de mandato, cartas de preposto e contratos sociais das reclamadas juntados (fls. 23 - 31) fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPCR. Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 214 – 230, 256 - 258, 345-352 e 356-363 não apresentam numeração lançada no canto inferior direito, segundo dispõe o Art. 66 da CPCR.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e certidão/conclusão subsequente: vencimento em 05.08.2015 do prazo recursal comum para as partes, com certidão/conclusão subsequente exarada em 28.10.2015 (fl. 338).

3

Processo nº 0000109-43.2012.5.04.0006

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão de publicação de sentença em secretaria: sentença (fls. 578 - 582) publicada em secretaria sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 97 da CPCR)

Termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 592v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls.598v -601v) que acompanham o recurso ordinário da reclamada (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 21.03.2016 (fl. 626) para reclamada apresentar cálculos de liquidação. (Art. 95 da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

4

Processo nº 0001069-67.2010.5.04.0006

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: ausência de certidão na capa dos autos relativa à retificação das partes: ausência de certidão na capa dos autos relativa ao correto nome do reclamante, conforme determinado em audiência (Ata – fl. 24). (Art. 75 da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

5

Processo nº 0000605-09.2011.5.04.0006

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumentos de procuração e substabelecimento, cartas de preposto e contrato social da reclamada juntados fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPCR (fls. 22 - 58).

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 185v não menciona os documentos (fls.189 - 195) que acompanham a petição do reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 220v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls.226 -227v) que acompanham o recurso ordinário da reclamada (Art. 101, parágrafo único, da CPCR)

Movimentação Processual: nada a apontar.

6

Processo nº 0000844-42.2013.5.04.0006

Fase: Execução Encerrada

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumento de mandato, carta



de preposto e contrato social juntados após contestação da reclamada (fls. 131 - 163). (Art. 67 da CPC).

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 187v não menciona o laudo complementar (fls. 197 - 228) que acompanha a petição da reclamante. (Art. 101, parágrafo único, da CPC).

Ausência de certidão quanto ao não pagamento pelo executado: executado citado por mandado (fl. 404) em 29.09.2015, sem a correspondente certidão quanto ao decurso do prazo. (Art. 111 da CPC).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre apresentação de contrarrazões e remessa ao Tribunal: contrarrazões protocoladas em 29.09.2014 (fl. 280), com remessa ao Tribunal em 05.11.2014 (fl. 298).

Demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: alvará expedido em 08.01.2016 (fl. 409), com notificação para retirada expedida em 04.03.2016 (fl. 410).

7

Processo nº 0000714-23.2011.5.04.0006

Fase: Execução Encerrada

Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

8

Processo nº 0000015-90.2015.5.04.0006

Fase: Embargos de Terceiro

Aspectos Gerais dos Autos: Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo recursal comum em 20.04.2016 (fls. 136 -137). (Art. 95 da CPC)

Movimentação Processual: nada a apontar.

9

Processo nº 0001082-61.2013.5.04.0006

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumento de mandato, carta de preposto e contrato social juntados fora da ordem imposta pelo artigo 67 da CPC (fls. 25 - 34).

Ausência de especificação da data do ato processual: termo de conclusão exarado à fl. 93 não está datado. (Art. 148 da CPC e Art. 168 do CPC de 1973)

Ausência de certidão de vencimento do prazo: **1)** ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo preclusivo em 27.04.2015 (fl. 117) para ciência da reclamada acerca dos cálculos de liquidação. **2)** ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 28.03.2016 para ciência da reclamada acerca de bloqueio judicial via Bacenjud. (fl. 191). (Art. 95 da CPC)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: **1)** decisão proferida em 22.05.2015 (fl. 118), julgando líquida a sentença e determinando a citação da reclamada, com cumprimento efetivado em 24.06.2015 (fl. 120). **2)** decisão proferida em 05.10.2015 (fl. 124 e verso), determinando a citação da reclamada na pessoa da sua responsável e sócios, com cumprimento correspondente em 18.11.2015 (fls. 145 - 148). **3)** decisão de forma cautelar proferida em 05.10.2015 (fl. 124v), determinando a utilização da ferramenta Bacenjud contra todos os executados, com cumprimento correspondente, apenas, em 03.12.2015 (fls. 152 - 155).

10

Processo nº 0000724-33.2012.5.04.0006

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos Autos: ordem de juntada não observada: instrumento de procuração, carta de preposto e ato constitutivo da reclamadas juntados (fls. 39 - 41) fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPC.

Movimentação Processual: demora no impulso processual: processo suspenso *sine die* por decisão proferida em 23.05.2013 (fl. 221) em decorrência de dependência do trânsito em julgado do processo nº 0001368-98.2012.5.04.0030 a ser informado pelo reclamante. Todavia,



o referido processo transitou em julgado em 16/03/2015, sem movimentação processual posterior observada no processo em análise ou mesmo intimação para que o reclamante apresentasse manifestação. (Artigo 265, § 5ª, do CPC de 1973 e artigo 313, § 4ª e §5º, do CPC de 2015)

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 25.05.2016:

Prática	Exemplos
Processo devolvido ao arquivo com registro incorreto	0050700-92.2001.5.04.0006
Registros desatualizados	0000769-37.2012.5.04.0006 0000613-15.2013.5.04.0006 0001555-18.2011.5.04.0006

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informado pelo Diretor de Secretaria durante a inspeção, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo o Diretor de Secretaria, quando da homologação da conta de liquidação, o Juiz, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a liberação deste em favor do credor. Concomitantemente, é expedida a citação para a reclamada pelo valor remanescente.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Constatou-se na inspeção que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade, com base na Lei de Execuções Fiscais. A Vara não usa o novo incidente previsto no CPC. Após citado o sócio, é feito o BacenJud.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe



Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

Foram analisados em correição alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 27.05.2016, com nova verificação na data da inspeção. Em 27.05.2016 a posição era a seguinte:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado		5		
Processos com Petições Avulsas		22		
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas -		1		
Processos com petições não apreciadas		34		
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça		3		
Processos com audiências não designadas		48		
Pasta	Subpastas			
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	215	Mês de maio	
Prazos vencidos	Conhecimento	8	20397-41.2014.5.04.0006	26.5.16
Iniciar liquidação	Liquidação	4	20598-62.2016.5.04.0006	29.4.16
Aguardando audiência -Exec	Execução	2	20021-21.2015.5.04.0006	19.4.16

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, **não foi constatada nenhuma irregularidade nas pastas em relação aos prazos.**

As audiências são designadas em Secretaria, constando do livro-pauta juntamente com as audiências dos processos físicos.



As pastas são organizadas por carteira, divididas entre 5 servidores da Unidade, à exceção da execução, que é organizada por tarefa entre dois servidores. Há divisão entre J1 e J2.

A triagem inicial é feita pelas secretárias de audiência e os pedidos de tutela antecipada são apreciados em 48 horas por um servidor da secretaria.

O sigilo é apreciado com a inicial ou analisado juntamente com os pedidos de antecipação de tutela, pois, na maioria das vezes, é marcado equivocadamente.

No conhecimento, são as secretárias de audiência que fazem o controle do cumprimento das providências e de outras questões relativas às audiências. O **prazo** é controlado no início do mês (em relação ao mês anterior) pela Assistente do Diretor, assim como o **cumprimento de acordo ou pagamentos**. O controle é feito pela data dos expedientes.

O Diretor relatou que há uma grande dificuldade para inscrever os devedores no BNDT, pelo desconhecimento de como o sistema funcionava até pouco tempo.

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresenta resultados muito positivos. A secretaria é organizada e o trabalho flui muito bem.

O acervo processual teve pequeno acréscimo em relação ao período anterior. Muito embora tenha aumentado o número de processos solucionados no período em 11,42%, cresceu o número de processos pendentes de solução em 15,73%. Ainda, observa-se aumento considerável de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. O índice de acordos é baixo – 33,49%.

O prazo para a marcação das audiências iniciais, tanto no rito sumaríssimo quanto no ordinário, está elevado, característica que se tem encontrado no Foro de Porto Alegre.

Quanto à execução, é elogiável o resultado: houve redução no estoque de processos em execução e no prazo médio de tramitação na fase, enquanto todo o TRT da 4ª Região e as unidades similares aumentaram seu estoque de processos em execução. Observou o Diretor que a unidade realiza muitos leilões e, por tal razão, há muita penhora sobre remanescentes. Ainda, a unidade utiliza integralmente o art. 523 do novo CPC (antigo 475-J do CPC).



A lotação da Unidade está completa e conta com dois estagiários. Há baixa rotatividade no quadro de servidores. Os estagiários auxiliam na minuta de sentença e na execução, sendo orientados pelo assistente do Juiz. Os estagiários não têm acesso ao PJe, e o trabalho, nos processos físicos, está sendo limitado em face da redução da demanda.

A divisão do trabalho entre os servidores é por carteira, à exceção da execução, cuja tarefa cabe a dois servidores, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. Cinco servidores são responsáveis pelo prazo e pelo protocolo tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.

Na triagem inicial, ultimamente, têm sido feita análise para adequação da causa ao rito sumaríssimo. As audiências são designadas em secretaria porque não há como distinguir as pautas de J1 e J2 no sistema do PJe. Todas as ações são incluídas em pauta. Processos com sentenças anuladas que retornam do 2º grau são incluídos na pauta disponível, sem qualquer prioridade. As secretárias de audiência são responsáveis pela triagem inicial e verificam as petições protocoladas sob sigilo, retirando quando for o caso.

Quanto às instalações, como todas as unidades que se localizam no prédio I do Foro de Porto Alegre, a unidade está com o espaço físico inadequado à demanda. Depois do advento do PJe, a necessidade de espaço para armazenamento dos primeiros volumes diminuiu bastante. A secretaria precisa readequar o espaço de circulação interna.

Relatou o Diretor de Secretaria que, quando da instalação do novo sistema de ar-condicionado, algumas janelas da Vara foram utilizadas para o acesso do pessoal que realizou a instalação. Ao final dos trabalhos, tais janelas ficaram soltas e por isso não podiam ser utilizadas. Após pedido de providências junto ao tribunal, as janelas foram fixadas mas de modo permanente, de forma que não podem ser abertas, prejudicando a ventilação do local. Informou, ainda, que há um projeto arquitetônico para a realização de algumas mudanças na estrutura física da Vara, com alteração de posição de divisórias e pontos lógicos, o que gerará aumento no tamanho da secretaria e do gabinete do J2. Ainda que tenha feito referência à atual conjuntura desse TRT4 e ao programa de contenção de gastos, destacou que os serviços podem ser realizados pelos próprios servidores do tribunal (artífices), o que não implicaria novos gastos.

O Diretor sugeriu a designação de um segundo servidor para atuar como assistente de juiz e também que seja conferido acesso ao sistema do PJe aos estagiários, uma vez que esses seriam muito úteis na secretaria.

A Unidade merece ser parabenizada pelo empenho dos juízes em exercício na unidade e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho. Merece destaque o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores durante a inspeção.

12 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT **03 expedientes** relativos à 6ª Vara do Trabalho durante o período correccionado:



Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	5687/2015	0065200-56.2007.5.04.0006
2015	2613/2015	0114700-87.2004.5.04.0006
2015	5610/2015	0021075-56.2014.5.04.0006

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Reitera-se a necessidade da constante verificação e correção dos incidentes processuais no sistema informatizado, uma vez que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não observada a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta no ano de 2016, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015, na fase de conhecimento, foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido observado o cumprimento da meta CNJ 1/2015 (Item 5.1.1) pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação a 80% dos maiores litigantes (item 5.1.5).

ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e



adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais no rito ordinário.

ITEM 6.4 (Prazo médio das audiências de prosseguimento)

Recomenda-se que os magistrados observem que não seja excedido o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

14 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) nos processos eletrônicos, seja feita prioritariamente a inclusão no BNDT dos processos arquivados provisoriamente, eis que não foram incluídos no momento oportuno;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, seja verificada a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, **99** processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

ITENS 7.12.1 e 7.12.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (25.05.2016))



Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.1 e 7.12.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 7.12.3 (Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (25.05.2016)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCr. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência;
- b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCr;
- c) objetivando a correta identificação da Vara do Trabalho inspecionada, proceda à reatuação da capa autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, conforme a previsão do art. 75 da CPCr;
- d) observe o que determina o artigo 95 da CPCr quanto à certificação das datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique na alteração na contagem;
- e) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCr;
- f) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCr;
- g) observe o que dispõe o artigo 111 da CPCr para evitar situações como a constatada no processo nº 0000844-42.2013.5.04.0006
- h) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no seguinte processo: 0000724-33.2012.5.04.0006



- i) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com brevidade, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015, em especial, no que concerne a decisões que especifiquem a necessidade do cumprimento imediato;
- j) em caso de suspeição ou impedimento, seja adotada a medida prevista no artigo 90 da CPCR ou designada audiência de prosseguimento para data próxima.
- k) em caso de necessidade de adiamento, que o processo seja incluído em pauta próxima, observado um lapso temporal máximo de **60 dias. Em caso de sucessivos adiamentos, recomenda-se a designação do prosseguimento com observância de um lapso máximo de 30 dias.**

15 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

15.1 SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo nº 0043500-34.2001.5.04.0006;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão dos embargos declaratórios opostos pela reclamada no processo nº **0000987-36.2010.5.04.0006**;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos aos Embargos à Execução/Penhora, nos processos nº **0105300-05.1997.5.04.0006** e nº **0001073-36.2012.5.04.0006**.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)



A listagem de andamentos “sem movimentação há mais de 30 dias” resultou em **80 processos** parados, os quais incluem processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/ sobrestados/ conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária atualize os registros nos processos nº **0050700-92.2001.5.04.0006, 0000769-37.2012.5.04.0006, 0000613-15.2013.5.04.0006 e 0001555-18.2011.5.04.0006.**

15.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Max Carrion Brueckner e Daniela Meister Pereira profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O Juiz Max Carrion Brueckner deverá apresentar à Vice-Corregedoria, plano de trabalho para efetiva redução de seu resíduo de sentenças, em dez dias.

A Juíza Daniela Meister Pereira deverá proferir suas sentenças atrasadas no prazo de 50 dias.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria, mediante expediente próprio.

16 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à Secretaria de Apoio Administrativo sejam tomadas providências quanto às janelas que foram fixadas de modo permanente, de forma que não podem ser abertas, prejudicando a ventilação do local, bem como sobre a possibilidade de realização de mudanças na estrutura física da Vara, com alteração de posição de divisórias e pontos lógicos, tendo em vista que os serviços podem ser realizados pelos próprios servidores do tribunal, o que não implicaria novos gastos. A solicitação deverá ser acompanhada da sugestão de layout apresentada pelo Diretor de Secretaria.

Solicita-se a verificação junto à Comissão de Informática desse TRT sobre a possibilidade de acesso dos estagiários ao PJe.

17 PRAZO PARA RESPOSTA

17.1 O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação



pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

17.2 Os Juízes Max Carrion Brueckner e Daniela Meister Pereira deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

18 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes Dr. Leandro Krebs Gonçalves e Max Carrion Brueckner, com o Diretor de Secretaria Gonçalo Lautert Moretto e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes à unidade correccionada. Não compareceram quaisquer interessados.

19 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Leandro Krebs Gonçalves, pelo Diretor de Secretaria Gonçalo Lautert Moretto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correccional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver, Assessora da Vice-Corregedoria, e Maria Eneida Giordani, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional